



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570569 - SP (2020/0079715-5)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : JOSE LUIS STEPHANI  
**ADVOGADO** : JOSÉ LUÍS STEPHANI - SP100704  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JAQUELINE APARECIDA DOS SANTOS  
**CORRÉU** : GENIVALDO APARECIDO FLAUSINO  
**CORRÉU** : JOSE EDUARDO LACERDA  
**CORRÉU** : ROGERIO FLAUSINO  
**CORRÉU** : RAFAEL APARECIDO BRANDÃO  
**CORRÉU** : DAVI BONVECHIO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **JAQUELINE APARECIDA DOS SANTOS**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A defesa alega que "a intimação sobre a oposição ao julgamento virtual do recurso de apelação junto ao E. Tribunal de Justiça se deu em data posterior ao falecimento do advogado constituído da Paciente" (e-STJ, fl. 11). Assim, diante da impossibilidade de sustentação oral, alega cerceamento do direito de defesa. Nesse esteio, alega a ocorrência de nulidade absoluta.

Liminarmente, requer contramandado de prisão. No mérito, a declaração da nulidade.

#### É o relatório.

Decido.

O *writ* não merece conhecimento.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso concreto, além de a defesa não ter manejado o recurso adequado, o Tribunal de origem não foi instado a se manifestar quanto à tese anulatória. Assim, examiná-la implicaria indevida supressão de instância. A propósito:

“PENAL. HABEAS CORPUS. LEI MARIA DA PENHA. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. OBSERVÂNCIA LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DELITIVA E DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PELA VÍTIMA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXAME INCOMPATÍVEL COM A VIA ELEITA.

1. A imposição das medidas restritivas previstas no art. 22, III, da Lei n. 11.340/2006 teve suporte nos fatos concretos de agressão relatados pela vítima, que compareceu perante a autoridade policial e relatou que foi vítima de agressão, solicitando que o paciente fosse proibido de se aproximar dela e de sua residência, bem como mantivesse contato com ela, por qualquer meio, no que foi atendida.

2. As teses de inexistência de indícios suficientes de autoria e materialidade do crime e de que a própria vítima descumpriu as medidas restritivas configuram elementos fáticos não examinados na origem, sendo incabível tal incursão nesta Corte Superior sob pena de indevida supressão de instância.

3. Habeas corpus denegado.” (HC 533.431/PA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 12/12/2019);

“HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO E ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. TESE NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E VARIEDADE DAS DROGAS APREENDIDAS. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES MAIS BRANDAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. WRIT DO QUAL NÃO SE CONHECE.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Inviável a apreciação da tese de desproporcionalidade da medida extrema, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância, tendo em vista que o tema não foi analisado no aresto combatido.

[...]

7. Habeas corpus do qual não se conhece.”

(HC 539.862/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 13/12/2019).

Ante o exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator